

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Ed Alves/CB/OA Press

Edison Garcia deve voltar ao Conselho de Administração do BRB

O presidente da CEB, Edison Garcia, deve assumir a presidência do Conselho de Administração do BRB. Ele ocupou a função de 2020 a 2023 e agora foi convidado a voltar pela nova direção. O novo presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, está montando a sua equipe levando em conta um perfil técnico e com credibilidade e experiência no mercado. Garcia é procurador de carreira aposentado da AGU, ele esteve no Conselho de Administração do banco quando o foco era outro. As operações com o Banco Master não estavam ainda no radar. Edison Garcia deixou o cargo para ingressar no Conselho da Petrobras. Ele é conhecido pela experiência em finanças, mercado de capitais. Foi presidente do INSS e atuou

na CVM. Procurado pela coluna, Garcia não quis comentar o convite.

O atual presidente do Conselho de Administração do BRB, Marcelo Talarico, foi convidado por Nelson Antônio de Souza a deixar o cargo. Mas se recusou. Disse que quer concluir o mandato que termina em abril. Talarico disse à diretoria que a sua destituição só pode ocorrer por meio de aprovação em assembleia que o presidente do Conselho — no caso, ele mesmo — precisa convocar. Acionistas do BRB, os representantes dos empregados do banco também podem tomar a iniciativa, depois de 15 dias. Por isso, a demissão é questão de tempo. O conselheiro Luis Fernando de Lara Resende também deve sair. Ele, no entanto, não se recusou a deixar o cargo.

Dupla função

Além de presidente do Conselho de Administração, Marcelo Talarico é o presidente do Comitê de Auditoria do BRB. Ou seja, aprova e fiscaliza ações da instituição financeira. Esteve na equipe de Paulo Henrique Costa na fase de operações com o Banco Master.

Uma destinação para o Centrad

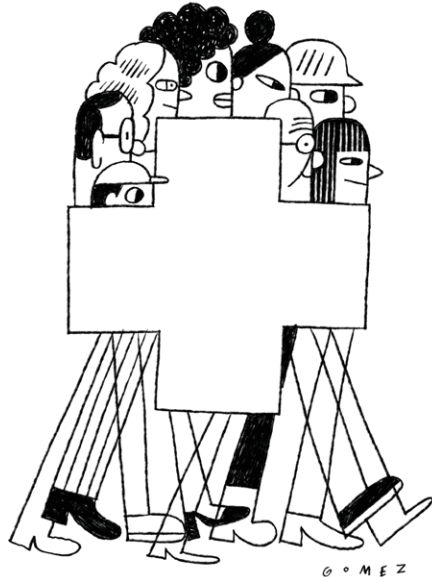
A governadora em exercício Celina Leão (PP) é favorável à ocupação do complexo administrativo (Centrad), que está abandonado há mais de 10 anos. Em entrevista ao *CB.Poder*, programa do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília, ela disse que, se a decisão fosse dela, os prédios seriam destinados a órgãos públicos para reduzir despesas do Executivo com locações de imóveis.



Minervino Júnior/CB

R\$ 1 bilhão em despesas da saúde com moradores do Entorno

Em 2025, a Secretaria de Saúde realizou mais de 50 mil internações de moradores do Entorno. A estimativa do governo é de que a despesa deve chegar a quase R\$ 1 bilhão. Das mais de 238 mil internações em 2024, foram gastos quase R\$ 675 milhões com pacientes dessas áreas. Somente com diárias de UTIs, o gasto foi de mais de R\$ 134,4 milhões. As internações com cirurgias custaram R\$ 89,1 milhões e as internações com partos somaram quase R\$ 77 milhões com pacientes de diferentes estados.



Brasilienses

A cada 10 bebês nascidos nas unidades da Secretaria de Saúde em 2025, três eram de famílias residentes de outros estados brasileiros. Dos 42 mil partos realizados no DF ano passado, 10,9 mil foram de mães de outras unidades da federação. A maioria é de Goiás, com mais de 10,4 mil crianças nascidas como brasilienses.



Minervino Júnior/CB/OA Press

Revista da Educação do DF entre as mais relevantes do Brasil

A *Revista Com Censo*, vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal, acaba de alcançar um novo patamar no sistema de avaliação da Capes: saiu do estrato Qualis B1 e passou a integrar a faixa A4, uma das mais elevadas entre os periódicos científicos da área. Na revista são publicadas pesquisas científicas realizadas por profissionais que atuam na educação pública do DF. Para a secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, a conquista consolida uma política de valorização da pesquisa e da formação continuada dentro da própria rede pública.

Pontos de recarga elétrica em postos de combustíveis

Os postos de abastecimento de combustíveis poderão disponibilizar e comercializar pontos de recarga de veículos elétricos e híbridos. O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou, no fim do ano, projeto de lei que estabelece a autorização. O texto é de autoria do líder do governo, deputado distrital Hermeto (MDB).



Divulgação/GW

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

BEM PÚBLICO/ Decisão de desembargadora do TJDFT impede a companhia de alienar um terreno público no Park Way ao presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz

Justiça barra venda de lote da Caesb

» VITÓRIA TORRES

A Justiça do Distrito Federal proferiu mais uma decisão que impede a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) de alienar um lote público ao presidente da Câmara Legislativa do DF (CLDF), deputado Wellington Luiz (MDB). A decisão é da desembargadora Soníria Rocha Campos D'Assunção e envolve um lote localizado em área nobre do Park Way, na Quadra 27, ao lado dos reservatórios de água do sistema Catetinho.

Na nova decisão, a magistrada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) chama atenção para o desinteresse da empresa pública em reassumir a posse do terreno, apesar de determinações judiciais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também havia se posicionado contra a venda. Mesmo assim, a Terracap e a Caesb tentaram a comercialização do lote.

Em junho do ano passado, a Terracap publicou um edital colocando o terreno à venda. A vencedora da licitação foi Kilze Beatriz Montes Silva, esposa de Wellington Luiz. Diante disso, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ingressou com nova ação na Justiça pedindo

Reprodução/DFTV



Parecer do Ministério Público da União concluiu que a área é pública, de uso exclusivamente institucional

a suspensão da licitação, apontando possíveis irregularidades.

No processo analisado pela desembargadora, a Caesb sustenta que não haveria impedimento para a licitação, argumentando que não houve desvio de finalidade, que a área estaria ociosa e que a suspensão do edital causaria prejuízo mensal de R\$ 12,5

mil à companhia. A empresa também afirmou que a compradora seria “terceira de boa-fé” e pediu a concessão de efeito suspensivo para restabelecer os atos do Edital nº 8/2025.

Ao analisar o caso, a magistrada destacou trechos da petição inicial da Ação Civil Pública movida pelo MPDFT. No documento,

o Ministério Público afirma que, após derrotas no Judiciário, “o deputado Wellington Luiz vem utilizando de sua influência política para movimentar a estrutura estatal do GDF, notadamente a própria Caesb e a Terracap, com o objetivo de resolver seu problema particular pela esfera administrativa”.

“De fato, a alteração da postura

da Caesb, que exerceu, anteriormente, a defesa do interesse público, baseada em manifestação técnica sobre a imprescindibilidade da área pública para a expansão do sistema de abastecimento de água do Distrito Federal, mas que passou a considerar esvaziada a utilidade da RAP Catetinho, deve ser efetivamente comprovada”, escreveu a desembargadora, ao justificar a necessidade de maior apuração antes da conclusão do processo licitatório.

A magistrada também levantou suspeitas de que a medida poderia configurar tentativa de burlar decisões judiciais anteriores, especialmente no âmbito de uma ação de usucapião. “É imprescindível apurar se a medida não configura tentativa de burla às decisões judiciais proferidas na ação de usucapião. Sobre o ponto, chama a atenção o desinteresse da empresa pública em retomar a posse do bem, mesmo com sentença e acórdão favoráveis e sem a existência de recurso com efeito suspensivo no Superior Tribunal de Justiça em benefício dos particulares”, completou.

Com a decisão, permanece suspensa a alienação do lote, enquanto a Justiça aprofunda a análise sobre a legalidade do processo e a atuação dos órgãos públicos envolvidos.

Irregular

Um parecer técnico do Ministério Público da União, por solicitação da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Proub), havia concluído, em 2019, que a área em disputa é pública e de uso exclusivamente institucional. De acordo com o documento, o imóvel “faz parte da estratégia de abastecimento público de água do DF”, ressaltando, ainda, que o terreno, com mais de 21 mil metros quadrados, “foi doado pelo Distrito Federal à Caesb em 1997”, não havendo previsão legal para uso residencial.

O parecer é categórico ao afirmar que a ocupação é irregular e antiga. Segundo os técnicos do MP, não há dúvidas de que a área ocupada “encontra-se totalmente irregular, a qual desde a sua origem destina-se exclusivamente ao uso institucional e é de propriedade da Caesb”. O documento também aponta que imagens de satélite registram invasões desde 2002 e alerta que “executar obra não passível de regularização em área pública configura infração”, recomendando que os órgãos competentes adotem medidas para “a reconstituição da área pública invadida”.

O *Correio* tentou contato com o deputado Wellington Luiz e com a Caesb, mas não obteve retorno. O espaço segue aberto para manifestações.